

ANEXO VI – FORMULÁRIO E LISTA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS EM CASOS DE RECURSOS

1. Apresentar cópia LEGÍVEL dos documentos de todos os membros do grupo familiar. As cópias dos documentos comprobatórios não serão devolvidas ao candidato e nem reaproveitadas no referido processo seletivo;
2. As informações estão sujeitas a exigência de outras documentações complementares, quando necessário;
3. Em casos de recursos, os seguintes documentos deverão ser apresentados:

Documentos Exigidos para identificação do candidato e de todos os membros do grupo familiar (apresentar originais e cópias):

- a) Declaração emitida por instituição privada de ensino informando a condição de bolsista parcial ou integral (se for o caso);
- b) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (Formulário 08).

Documentos exigidos para identificação das condições de moradia do grupo familiar (apresentar originais e cópias):

- a) Se imóvel alugado: apresentar cópia do contrato de aluguel ou caso não tenha um contrato formal de aluguel utilizar a declaração informal de aluguel (Formulário 02) + recibos dos últimos 03 aluguéis pagos;
- b) Se imóvel cedido: apresentar declaração do proprietário informando a cessão do imóvel com a assinatura reconhecida em cartório ou declaração (Formulário 03) com cópia do RG, frente e verso, da pessoa que cede o imóvel;
- c) Se imóvel financiado: apresentar cópia do boleto de pagamento das três últimas prestações do imóvel financiado (não precisa estar pago);
- d) Se imóvel próprio: cópia do IPTU – página do carnê em que constam as informações sobre o imóvel, tais como: proprietário, área construída (não precisa estar pago) e/ou documentação do imóvel.

Documentos exigidos para identificação das condições dos bens de todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos (apresentar originais e cópias):

- a) Certificado de Registro de Veículo – CRV e comprovante do valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de todos os veículos pertencentes aos membros da família;
- b) Veículos que foram vendidos, mas cuja transferência oficial não foi concluída, devem ter essa situação comprovada mediante documentação oficial: recibo de compra e venda (Certificado de Registro de Veículo – CRV) caso esse documento não seja apresentado o veículo não poderá ser desconsiderado;
- c) Familiares sem veículos: apresentar a certidão negativa de propriedade de veículo (deverá ser encaminhado de todos os membros da família maiores de 18 anos). No Estado de Minas de Gerais, este documento poderá ser obtido no endereço eletrônico a seguir:
<https://www.detran.mg.gov.br/veiculos/certidoes/certidao-negativa-de-%20propriedades>

Documentos exigidos para identificação de comprovação de renda exigidos para todos os membros do grupo familiar (apresentar cópias e originais):

Se trabalhador assalariado:

- a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) – cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho assinado e página seguinte em branco. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco;
- b) Extrato de todas as contas bancárias existentes dos três últimos meses. Caso não possua apresentar declaração disponível no (Formulário 04);
- c) Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Poderá ser emitido em uma agência da Previdência Social/INSS ou pelo site: <https://meu.inss.gov.br/central/index.html>;

Se aposentados e pensionistas:

- a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) - cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho assinado e página seguinte em branco. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco;
- b) Extrato do Benefício da Previdência Social atualizado, disponível no site do Ministério da Previdência Social: <https://meu.inss.gov.br/central/index.html>;
- c) Caso seja servidor público, comprovante de pagamento de aposentadoria do Regime Estatutário;
- d) Declaração informando sua atual situação de trabalho (formulário 05). Se não exerce atividade remunerada, apresentar (formulário 06). Dispensada a apresentação em caso de aposentadoria por invalidez;
- e) Extrato de todas as contas bancárias existentes dos três últimos meses. Caso não possua apresentar declaração disponível no (formulário 04).

Se contribuintes Individuais: profissional informal, autônomo/profissional liberal

- a) Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas aos membros de sua família, quando for o caso (SIMPLES, SIMEI, etc.);
- b) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) - cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho assinado e página seguinte em branco. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco;
- c) Extrato de todas as contas bancárias existentes dos três últimos meses. Caso não possua apresentar declaração disponível no formulário 04;
- d) Guia da Previdência Social dos últimos 03 meses e/ou Carnê do INSS;
- e) Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Poderá ser emitido em uma agência da Previdência Social/INSS ou pelo site <https://meu.inss.gov.br/central/index.html>. Solicitar o documento com as relações previdenciárias ou com o extrato previdenciário (se possuir);
- f) Em caso de taxista apresentar Declaração do Sindicato ou da Cooperativa de Taxistas emitida para fins de comprovação da renda mensal auferida nos três últimos meses anteriores à data da convocação de entrega da documentação comprobatória. (Também será aceita declaração emitida pela Prefeitura Municipal caso não haja cooperativa ou sindicato da categoria no município);

- g) Declaração de atividade informal, autônoma ou profissional liberal (formulário 05) + Três últimos Recibos de Pagamento de Autônomos com os comprovantes de recolhimento do ISS.

Se sócio e/ou dirigentes de empresa/MEI – microempreendedor individual:

- a) Em caso de empresa Inativa ou em baixa: Apresentar declaração registrada na Junta Comercial ou na Prefeitura, retirada no município-sede da empresa;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Sócio e/ ou dirigentes: três últimos contracheques de remuneração mensal ou extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.

Se desempregados:

- a) Declaração de não exercício de atividade remunerada (Formulário 06);
- b) Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Poderá ser emitido em uma agência da Previdência Social/INSS ou pelo site <https://meu.inss.gov.br/central/index.html>. Solicitar o documento com as relações previdenciárias ou com o extrato previdenciário;
- c) Última Declaração de Imposto de Renda completa. Os isentos de declararem imposto de renda (maiores de 18 anos) deverão apresentar o documento constando a seguinte informação: “Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal”;
- d) Termo de rescisão contratual;
- e) Respectivas parcelas do seguro-desemprego, contabilizados como renda, se for o caso.

Se proprietário rural:

- a) Extrato de todas as contas bancárias existentes (conta corrente, conta poupança, conta-salário) dos três últimos meses, caso não possua (Formulário 04).

Quanto a trabalhador rural:

- a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) – cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho assinado e página seguinte em branco. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco. Caso não possua carteira de trabalho apresentar comprovante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informando a renda bruta anual e/ou mensal. Esse documento deverá ser solicitado junto ao Sindicato de sua cidade.

Quanto a comprovação de renda agregada:

- a) Caso a família receba alguma doação de rendimento de qualquer espécie, apresentar declaração do doador+ Recibo de depósitos regulares efetuados na conta corrente do membros do grupo familiar;
- b) Em caso de pensão alimentícia informal: Declaração informando se recebe (ou não) pensão alimentícia (Formulário 07 e 08) + comprovante dos recebimentos dos últimos meses de recebimento da pensão.

Quanto a benefícios sociais:

- a) Quem não recebe benefícios poderá emitir pelo site: <https://meu.inss.gov.br/central/index.html> a declaração de nada consta do Sistema Único de Benefícios.

- Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, ano base 2017 exercício 2018, de todos os membros do grupo familiar que declaram.

AVALIAÇÃO SUJEITA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E POSSÍVEIS SOLICITAÇÕES DE OUTROS DOCUMENTOS QUE A COMISSÃO JULGAR NECESSÁRIOS.

FORMULÁRIO DE RECURSO – FORMULÁRIO 01

Dados do Requerente:

Nome: _____

Representante do candidato: _____

Parentesco com candidato:

Endereço: _____

Telefones para contato: _____

Motivo da solicitação de Recurso: _____

Fundamentação da solicitação de recurso:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do próprio ou seu representante legal.

DECLARAÇÃO INFORMAL DE ALUGUEL – FORMULÁRIO 02

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____
_____, nº _____

bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARAMOS, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que alugo o imóvel situado no logradouro

_____,
nº _____ bairro _____, cidade _____/MG,
CEP _____, para o Sr. (a) _____

_____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF
sob o nº _____. Sendo cobrado o aluguel no valor de R\$ _____ (_____
_____).

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc

_____, ____ de _____ de _____.

Declarante

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA CEDIDA – FORMULÁRIO 03

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____

_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARAMOS, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, ceder de maneira informal o imóvel de
minha propriedade, situado no logradouro _____

_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

para a residência de _____,

portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, não
havendo cobrança de taxa mensal.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja
inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis,
administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no
processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de _____.

Declarante

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA – FORMULÁRIO 04

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____
_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARO, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que não possuo conta corrente e/ou conta poupança em nenhuma agência bancária.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de _____

Declarante

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE – FORMULÁRIO 05

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____
_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,
DECLARO, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que trabalho exercendo a atividade de _____ desde
_____/_____/_____, com renda mensal aproximada no valor de R\$ _____ (_____
_____).

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de _____.

Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA - FORMULÁRIO 06

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____
_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARO, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que não exerço atividade remunerada.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de ____.

Declarante

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA - FORMULÁRIO 07

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____, residente no logradouro
_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____-MG, CEP _____,
DECLARO, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que recebo o valor de R\$ _____
(_____), referente à pensão
alimentícia.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de ____

Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA – FORMULÁRIO 08

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
residente no logradouro _____
_____, nº _____,
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARO, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que não recebo pagamento referente à pensão alimentícia em meu nome ou em nome de dependentes.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de _____.

Declarante

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL – FORMULÁRIO 09

Eu, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____, e

_____ e
portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
naturalidade _____, nacionalidade _____,
ambos residentes no logradouro _____

_____, nº _____
bairro _____, cidade _____/MG, CEP _____,

DECLARAMOS, perante o Sesc em Minas, sob as penalidades da lei, que convivemos em UNIÃO ESTÁVEL desde ____/____/____, de natureza familiar, pública e duradoura com o objetivo de constituição da família nos termos dos artigos 1723 e seguintes do Código Civil.

Conforme lei federal 7.115 de 29 de agosto de 1983, nos artigos 2º e 3º, estou ciente que caso haja inautenticidade nesta declaração acerca das informações prestadas, caberá aplicações de sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação brasileira e automática eliminação de participação no processo seletivo, para as vagas gratuitas destinadas a novos alunos do Criar Sesc.

_____, ____ de _____ de _____.

Declarante